Relator: DES. PLÍNIO PINTO COELHO FILHO Ementa: APELAÇÃO CIVEL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. VIÚVA DE EX-SERVIDOR ESTADUAL. POLICIAL MILITAR FALECIDO ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/03. PECÚLIO POST MORTEM. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. ILEGITIMIDADE DO ESTADO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. LEI VIGENTES NA DATA DO ÓBITO DO EX-SERVIDOR. SÚMULA 340 DO STJ. DIREITO A PARIDADE ENTRE OS PROVENTOS PAGOS AO SERVIDOR SE VIVO FOSSE. AUXÍLIO MORADIA. BENEFÍCIO PRO LABORA FACIENDO. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SEJAM FIXADOS NA FORMA DO ART. 85, §4º, II do NCPC. AS QUESTÕES ATINENTES A JUROS LEGAIS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONSTITUEM MATÉRIAS APRECIÁVEIS DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 161 DESTA E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS À JURISPRUDÊNCIA MAIS RECENTE DO STF. PROVIDO PARCIALMENTE O RECURSO DE APELAÇÃO DA RÉ E NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ E NEGAR PROVIMENTO A APELAÇÃO DA AUTORA E, DE OFÍCIO, DETERMINAR QUE A BASE DE CÁLCULO DA CORREÇÃO MONETÁRIA OBSERVE O IPCA-E, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

141. APELAÇÃO 0281715-29.2010.8.19.0001 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: CAPITAL CARTORIO ELETRONICO DA 11 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0281715-29.2010.8.19.0001 Protocolo: 3204/2016.00474083 - APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: HUGO WILKEN MAURELL ADVOGADO: HUGO WILKEN MAURELL OAB/RJ-144884 APELADO: MARIA HELENA XAVIER DE OLIVEIRA SALIM ADVOGADO: LUIZ ALFREDO ARANHA D' ESCRAGNOLLE TAUNAY OAB/RJ-015356 ADVOGADO: TAISSA RIBEIRO DE PAIVA SA OAB/RJ-127973 **Relator: DES. PLÍNIO PINTO COELHO FILHO** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUE MERECE PROVIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACORDÃO QUE FOI OMISSO QUANTO À ALEGAÇÃO DE DE AUSÊNCIA DO FATO GERADOR DO IPVA DE 2006, TENDO EM VISTA A DESTRUIÇÃO/DEPRECIÇÃO DO VEÍCULO. PROVIMENTO DO RECURSO PARA, TÃO SOMENTE, SUPRIR A OMISSÃO APONTADA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA, TÃO SOMENTE, SANAR A OMISSÃO APONTADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

142. APELAÇÃO 0281768-25.2001.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 32 VARA CIVEL Ação: 0281768-25.2001.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00619852 - APELANTE: HOSPITAL DE CLÍNICAS NITERÓI ADVOGADO: THIAGO DE ARAGÃO GONÇALVES PEREIRA E SILVA OAB/RJ-131235 APELADO: MARTA LUCIA LATERCA FALCAO ADVOGADO: ALESSANDRO LATERCA FALCAO OAB/RJ-107382 **Relator: DES. CLEBER GHELFFENSTEIN** Ementa: PROCESSO CIVIL. ACOLHIMENTO PARCIAL DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E CONSEQUENTE EXTINÇÃO DA RESPECTIVA FASE. APELO DO IMPUGNANTE ALEGANDO EXCESSO NA EXECUÇÃO, PRETENDENDO A MODIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. COISA JULGADA PARA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO, RESTANDO PRECLUSA A PRESENTE QUESTÃO. CORRETOS OS CÁLCULOS ELABORADOS PELO EXPERT. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ENTENDIMENTO DESTA E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACERCA DO TEMA. DESPROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

143. APELAÇÃO 0375315-36.2012.8.19.0001 Assunto: Locação de Imóvel - Inadimplemento / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 49 VARA CIVEL Ação: 0375315-36.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00012269 - APELANTE: ESPÓLIO DE NILO FOREIS DOMINGUES REP/PS/ INV MARIA LÚCIA DE LORENZO DOMINGUES, ADVOGADO: LAERTE DE PAULA NÍSTICO CARVALHO OAB/RJ-125934 APELADO: CARLOS PEIXINHO APELADO: EDINA SEIXAS PEIXINHO **Relator: DES. PLÍNIO PINTO COELHO FILHO** Ementa: APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUERES E ENCARGOS. EXTINÇÃO DO FEITO NA FORMA DO ART. 485, III, DO CPC. INÉRCIA PROCESSUAL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. NULIDADE DO JULGADO. PROVIMENTO DO APELO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA E DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

144. APELAÇÃO 0379831-31.2014.8.19.0001 Assunto: Pagamento / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 25 VARA CIVEL Ação: 0379831-31.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2016.00037280 - APE: SERRASOFT INFORMÁTICA LTDA ADVOGADO: GILBERTO MILANI OAB/RJ-127171 ADVOGADO: PAULO DE SOUZA BREVES OAB/RJ-143933 APE: ITAÚ UNIBANCO S.A. ADVOGADO: GERMANA VIEIRA DO VALLE OAB/RJ-128579 ADVOGADO: LUIZ GONZAGA SOARES PEREZ JUNIOR OAB/RJ-107957 APDO: OS MESMOS **Relator: DES. JUAREZ FERNANDES FOLHES** Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA COM BASE EM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONCEDIDO À EMPRESA RÉ, NO QUAL SERIA AVALISTA O OUTRO RÉU. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO À RÉ SERRASOFT E DE IMPROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO AO RÉU PAULO. RECURSO DO RÉU QUE RESTOU CONDENADO, BEM COMO DO BANCO AUTOR. AUSÊNCIA DE QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. EXTRATO BANCÁRIO JUNTADO COM O FIM DE COMPROVAR O NEGÓCIO JURÍDICO. COMPROVAÇÃO DO DIREITO AUTENTAL, EM QUE PESE O EXTRAVIO DO CONTRATO DE MÚTUO. CONTESTAÇÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA RÉ E O AVALISTA QUE NÃO NEGAM EXPRESSAMENTE QUE CONTRAÍRAM O EMPRÉSTIMO, MUITO MENOS NEGAM A EXISTÊNCIA DA CONTA CORRENTE INDICADA NO EXTRATO, TÃO POUCO AFIRMAM EXPRESSAMENTE QUE O EXTRATO APRESENTADO PELO BANCO SEJA FALSO OU QUE OS LANÇAMENTOS NELE ANOTADOS NÃO CORRESPONDAM À REAL MOVIMENTAÇÃO DA CONTA-BANCÁRIA. DOCUMENTOS TRAZIDOS AOS AUTOS PELA PARTE AUTORA QUE SÃO SUFICIENTES PARA CORROBORAR AS ALEGAÇÕES AUTORAIS QUANTO À EFETIVA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ENTRE AS PARTES, DEVENDO PREVALECER DIANTE DA CONTESTAÇÃO DA EMPRESA, MARCADA POR ALEGAÇÕES DEFENSIVAS EVASIVAS. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O RÉU PAULO TENHA ANUÍDO AO CONTRATO DE MÚTUO NA QUALIDADE DE AVALISTA. DESPROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS. 1. Trata-se de ação de cobrança proposta por ITAÚ UNIBANCO S/A em face de SERRASOFT INFORMÁTICA LTDA e PAULO TADEU MONCLARO DE MALAFAIA, alegando que concedeu crédito 'REFIN' à primeira ré, em 01/08/2012, no valor de R\$ 109.745,64 para pagamento em 48 parcelas mensais, crédito esse identificado como REFIN PLUS PJ REDCARD constando o segundo demandado como devedor solidário (avalista). Diz que, contudo, após o pagamento das primeiras parcelas, não houve o pagamento das parcelas vencidas a partir de 04/06/2013, alcançando o quantum debeatur, em 29/09/202014, o total de R\$ 109.009,76. 2. A sentença julgou procedente o pedido formulado em face de SERRASOFT INFORMÁTICA LTDA e condenou-a a efetuar ao autor o pagamento de R\$ 109.009,76 (cento e nove mil e nove reais e setenta e seis centavos), corrigidos monetariamente a contar do ajuizamento da ação e com juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Condenou-a, ainda, ao pagamento dos ônus sucumbenciais, fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação. Com relação ao segundo réu, PAULO TADEU MONCLARO DE MALAFAIA, julgou improcedente o pedido e condenou o demandante ao pagamento dos ônus sucumbenciais, fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa. 3. Inconformada a empresa ré (SERRASOFT) apela alegando: que no intuito de provar o alegado, o apelado limitou-se a acostar aos autos telas de sistema interno unilateralmente produzidas, bem como extrato de movimentação da conta corrente da